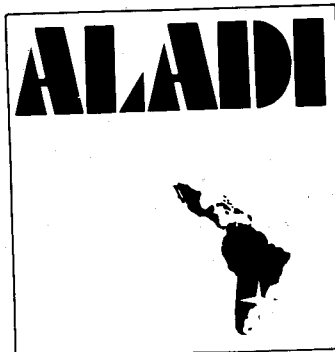


# Consejo de Ministros

Segunda Reunião  
26-27 de abril de 1984  
Montevideu - Urugui



Asociación Latinoamericana  
de Integración  
Associação Latino-Americana  
de Integração

1181

**APROVADA**

NA 81

a. Sessão

ALADI/CM/II/Ata 2  
(Segunda Sessão Plenária)  
26 de abril de 1984  
Hora: 16h à 19h

## ORDEM DO DIA

1. Exposições gerais dos Senhores Chefes de De  
legaço de Argentina, Paraguai, México, Equ  
dor, Chile, Venezuela, Brasil, Colômbia, Bo  
livia e Peru.
2. Exposições gerais dos Senhores Observadores  
da Espanha e da CEPAL.

Preside:

CARLOS A. MAESO

Assistem: Dante Mario Caputo, Ministro das Relações Exteriores e Culto, René Ortuno, Néstor Stancanelli, Leopoldo Tettamanti, Jesús Sabra, Emilio Pardo, Rodolfo Rodríguez, Edgar Molfino, Haydée Osuna, Juan José Martínez, Albino Gómez, Carlos Bruno, Luis García Tezanos Pinto, María Cristina Bolidorini e Fernando Escalona (Argentina); Gustavo Fernández Saavedra, Ministro das Relações Exteriores, Arturo Núñez del Prado e Isaac Maidana Quisbert (Bolívia); Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores, Fernando Paulo Simas Magalhães, Alfredo Teixeira Valadao, Luiz Cláudio Pereira Cardoso, Pedro Paulo Pinto Assumpção, Antonio Carlos Coelho Da Rocha, Marina do Rego Freitas Toledo, Luiz César Vinhões da Costa, Flávio Roberto Bonzanini, Mauro Luiz Iecker Vieira e Raymundo Santos Rocha Magno (Brasil); Luis Carlos Villegas Echeverry, Representante Pessoal do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Santiago Salazar Santos e Jaime Paris Quevedo (Colômbia); Jaime Del Valle Alliende, Ministro das Relações Exteriores, Andrés Concha Rodríguez, Juan Pablo González González e Hernán Brantes Glavić (Chile); Luis Valencia Rodríguez, Ministro das Relações Exteriores, Luis Salazar Jaramillo, Hernán Cueva Eguiguren, Luis Orlando Díaz, Mentor Villagómez Merino, Francisco Martínez Salazar, Luis Guzmán e Oswaldo Vallejo (Equador); Héctor Hernández Cervantes, Secretário de Comércio e Fomento Industrial, Arturo González Sánchez, Salvador Arriola Barrenechea, Abel Garrido Ruiz e Jorge Pérez Galicia (México); Carlos Augusto Saldívar, Ministro das Relações Exteriores, Efraín Darío Centurión, Antonio Félix López Acosta, Amado Martínez Rojas, Emilio Giménez Franco e Julio César Schupp (Paraguai); Alvaro Becerra Sotelo, Ministro de Indústrias, Turismo e Integração, Luis J. Macchiavello Amorós, Raúl Pinto Alvarez, Eduardo Gómez Sánchez e Oswaldo Seminario (Peru); Carlos A. Maeso, Ministro das Relações Exteriores, José María Araneo, Héctor Carlevaro Torres, Diana Espino, Federico Bouza, José Roberto Muínelo, Alvaro Moerzinger, Tabaré Bocalandro, Ricardo Nario, Carlos Clulow, Enrique Loedel, Ramiro Núñez, Even Estefanell, Celina Leis, María Angélica Peña de Pérez, Enrique Gianelli, Roberto Vaz e Roberto Barreiro (Uruguai); Isidro Morales Paúl, Ministro das Relações Exteriores e Moritz Eiris Villegas (Venezuela); Mauricio Castro Aragón (El Salvador); Félix Fernández-Shaw (Reino da Espanha); Carlos Villanueva (Honduras); Afonso Malheiro (Portugal); Oscar A. Ayala (CID); Guillermo Maldonado e José María Puppó (CEPAL); Pedro Carmona Estanga e Luis García (JUNAC); Alfredo Vázquez (OEA); Pedro Mercader e Carlos Eduardo Menna (PNUD); Jorge González Ronda (SELA).

Secretário-Geral: JUAN JOSÉ REAL.

Secretário-Geral Adjunto: FRANKLIN BUITRÓN AGUILAR.

Secretário-Geral Adjunto: EDUARDO ALCARAZ ORTIZ.

//

PRESIDENTE. Damos por iniciada a presente Reunião.

1. Exposições gerais dos Senhores Chefes de Delegação de Argentina, Paraguai, México, Equador, Chile, Venezuela, Brasil, Colombia, Bolívia e Peru.

PRESIDENTE. De acordo com a ordem do dia, damos a palavra ao Doutor Dante Caputo, Chanceler da República Argentina.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA REPÚBLICA ARGENTINA (Dante Mario Caputo). Muito obrigado.

Senhor Presidente do Conselho de Ministros, Senhores Ministros, Senhor Secretário-Geral, Senhoras e Senhores: antes de mais nada desejo manifestar o agradecimento da Delegação argentina e o meu próprio pela gratíssima acolhida recebida por nós por parte do Governo e de nossos colegas uruguaios.

Senhor Presidente, a chegada da democracia à Argentina significou uma profunda mudança em sua política exterior.

Nossa concepção ética da política faz da dignidade humana seu capítulo central e sua consequência natural é o direito e o exercício pleno da soberania nacional.

É em virtude dessa concepção que estamos convencidos de que somente a integração da América Latina nos permitirá alcançar os respectivos desenvolvimentos econômicos nacionais, eliminando todo vestígio de dominação estrangeira de nosso Continente. Para tanto, a América Latina deverá deixar de ser a simples evocação de nossas tradições históricas e culturais comuns, para transformar-se no espaço de realizações políticas e econômicas que possibilitem a liberdade e a justiça para seus povos.

Senhor Presidente, no processo de integração regional podemos distinguir duas grandes fontes de promoção: por um lado, a dinâmica própria dos fenômenos políticos e econômicos que todos e cada um dos países enfrentamos, tanto em nossas relações internas como nas globais do âmbito internacional. Por outro, os organismos e instituições que sintetizam os progressos já obtidos e geram novas idéias e formas instrumentais para seu aprofundamento.

Quando começamos a descobrir que o sistema comercial e financeiro internacional não estava pensado para dar soluções aos problemas do subdesenvolvimento econômico e social, foram surgindo respostas parciais para as situações setoriais. Mas, as condições políticas, econômicas e sociais de hoje nos impõem ser mais criativos e autênticos se realmente queremos encontrar respostas para os grandes problemas do presente.

Até há pouco tempo as nações da América Latina, individualmente, e às vezes em conjunto, somente projetavam seu destino para os países desenvolvidos, o que impediu durante anos progredir no processo de integração. Mas, agora nos últimos tempos, fomos compreendendo a importância da unidade para dentro do Continente, uma vez que somente por esta via melhoraremos nossas possibilidades e poderemos incrementar a capacidade autônoma de decisão de nossos países.

//

//

Senhor Presidente, quando a antiga ALALC foi reestruturada e transformada na que hoje é a ALADI pensou-se que com um novo instrumento jurídico se solucionaria os problemas que afetavam o progresso do processo de integração.

Transcorreram três anos desde a subscrição do Tratado de Montevideu 1980 e comprovamos que essa reestruturação não foi até agora suficiente. Existem ainda problemas estruturais que devem modificar-se mediante a adoção de uma vontade política definida de nossos Governos. E pensamos assim porque não de sejamos, porque não temos direito ao fracasso que, às vezes, parece insinuar-se nos inconvenientes com que se realizou a transição ALALC-ALADI e nas difi culdades para progredir na concretização dos mecanismos fundamentais, destina dos a aprofundar o processo de integração.

Assim como estão as coisas, devemos destinar todas nossas forças para for talecer os mecanismos associativos previstos no Tratado.

Para tanto, cremos que as ações parciais previstas na ALADI devem ser rea lizadas para favorecer os progressos que desejem fazer aqueles países em con dições de impulsar maior grau de união de seus mercados.

Mas, estas ações parciais devem, ao mesmo tempo, favorecer a convergên cia regional dos mecanismos multilaterais previstos no próprio Tratado de Mon tevideu 1980 e de outros que irão sendo criados em um futuro próximo.

Nessa direção entendemos que é necessário abandonar a permanente tendên cia a reduzir os progressos e possibilidades que nos oferece nossa Associação. A esse respeito estamos convencidos de que necessitamos estabelecer prazos pa ra alcançar nossos propósitos. Porque é preferível enfrentar-nos com uma obri gação peremptória antes que deixar de cumprir com os compromissos, ocasionando assim frustração e descrença.

Senhor Presidente, consideramos que este sistema de integração renovado que nos atrevemos a esboçar nos permitiria reagir criativamente ante os desa fios de uma adversa conjuntura internacional.

A reunião de nosso Conselho de Ministros tem dupla importância. Por um lado, assinala o papel da ALADI no processo de integração econômica da Améri ca Latina. Por outro, constitui o ponto de partida dinâmico que permitirá im plementar a etapa definitiva da organização latino-americana. Desta forma, não somente retomaremos o iniciado em Quito. E que além disso, começaremos a apro fundar e a utilizar plenamente os mecanismos e procedimentos enquadrados no Tratado de Montevideu 1980.

Desse modo, nosso Conselho deverá reunir-se com uma periodicidade adequada para desempenhar a verdadeira função que lhe outorga esse Tratado, adotando as decisões que correspondem à condução política superior do processo de in tegração econômica e estabelecendo as normas gerais relacionadas com o melhor cumprimento dos objetivos da Associação.

Assim também estaremos contribuindo para a organização de um sistema po lítico-econômico para a América Latina, desenvolvendo, em fim, a idéia que ins pirou a criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA).

Não obstante, acreditamos que apesar de sua modéstia os acordos alcançados são importantes, uma vez que estão dirigidos para o cumprimento de nossos objetivos. Esse é o sentido da preferência tarifária regional aberta para os

//

outros países da América Latina que não fazem parte de nossa Associação, preferência aprofundada mediante negociações periódicas para concretizar ações bilaterais ou multilaterais que permitam no futuro a realização de significativos progressos no incremento do comércio inter-regional e na busca de novas formas de cooperação.

Temos também possibilidades muito amplas no campo financeiro e monetário, que somente se veriam limitadas se nossa falta de imaginação ou de decisão nos coarctasse o progresso que requer a presente conjuntura.

Decidimos também estudar a outorga de preferências nas compras estatais, o andamento para um sistema unificado de normas para a regulamentação das relações econômicas entre nossos países, a ampliação das listas de abertura de mercados em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo e o estabelecimento de programas especiais de cooperação para estes últimos.

Todas estas são fórmulas que nos permitirão colocar na prática, em matéria econômica, a solidariedade continental.

Outrossim, o reconhecimento de que uma maior integração requer formas complexas de interação e, em consequência, a coordenação de nossas posições nos foros internacionais, levou-nos a adotar uma resolução que inclui medidas de informação e coordenação, quando sejam tratados em outros organismos temas de competência da Associação.

Acreditamos também que é indispensável o cumprimento do statu quo acordado sobre as restrições não-tarifárias, procedendo também a seu desmantelamento no prazo mais breve possível.

Senhor Presidente, nossos países devem dar uma resposta ao desafio que exigem os povos da América Latina. Não é possível que a região importe quase 50 bilhões de dólares em manufaturas, incluindo os bens de capital e que somente 4 sejam de origem regional. Outrossim, que se importe cerca de 10 bilhões de dólares de alimentos e somente 2 provenham da região. Finalmente, é preocupante a notável redução das operações canalizadas por nosso "Convênio de pagamentos" a respeito do comércio inter-regional, percentagem que se reduziu de 90 por cento em 1980 para 65 por cento em 1982.

Assim poderia continuar enunciando problemas que, desde a crua realidade de nossas insuficiências econômicas e sociais, permanentemente desafiam nossa imaginação e nossa ação. As justas demandas de nossos próprios povos requerem respostas que contribuam para melhorar seus níveis de ingressos, diversificar seus consumos e satisfazer a expectativa de uma vida mais digna em um contexto de paz e liberdade.

Com esse propósito, torna-se imperioso que juntos levemos adiante uma política criativa que revitalize definitivamente os mecanismos de integração regional. Isto nos permitirá também utilizar e potencializar as possibilidades da região para proteger-nos da instabilidade econômica, aumentando assim progressivamente e ao mesmo tempo nossa presença a nível internacional e nossa capacidade de negociação com os países industrializados.

Senhor Presidente, nosso propósito integrador é sincero e concreto.

//

Respeitamos o princípio de não intervenção e reafirmamos a importância de resguardar a autodeterminação dos povos. Estamos convencidos de que as necessidades de segurança hemisférica estão intimamente ligadas à recuperação do desenvolvimento econômico e à estabilização dos modelos democráticos de participação social.

A integração regional em um contexto de respeito mútuo e de comunidade de interesses é o grande instrumento para a construção de um futuro no qual nossos povos possam finalmente satisfazer suas necessidades vitais, e será também o espaço onde possamos esboçar novamente em forma definitiva o ainda longínquo objetivo da pátria comum que sonharam nossos libertadores.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Agradecemos a brilhante exposição do Doutor Caputo, Chanceler da República Argentina, e damos a palavra ao Doutor Carlos Saldívar, Chanceler da República do Paraguai.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DO PARAGUAI (Carlos Augusto Saldívar). Senhor Presidente, Senhores Chanceleres, Senhores Ministros, Senhor Secretário-Geral, Senhores Delegados, Senhores Observadores, Senhoras e Senhores.

Senhor Presidente, expresso-lhe em nome da Delegação da República do Paraguai nossas felicitações por sua acertada designação para presidir esta Segunda Reunião de Chanceleres da ALADI.

Conhecemos sua dedicação, seu afã integracionista, suas qualidades, e com sua Presidência estamos certos de que esta Reunião será um êxito.

Senhores, seja-me permitido cumprimentar muito cordialmente em nome do Governo de meu país o povo e Governo da República Oriental do Uruguai pela cordialidade de acolher-nos, mais uma vez, no âmbito de fraternais sentimentos, propiciando foro adequado para a análise de nossas idéias e preocupações latino-americanas.

Esta Segunda Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores tem a incumbência fundamental de adotar as diretrizes políticas que visem a dinamização do processo da integração, especialmente nos campos do comércio, pagamentos e financiamentos e, ao mesmo tempo, buscar fórmulas adequadas para uma ação em comum no âmbito da integração latino-americana com vistas a conjurar os efeitos negativos sobre a região, da mais grave crise internacional que afeta a humanidade.

Desde já devo reiterar a firme confiança no sentido de que, com a devida utilização dos mecanismos do Tratado de Montevideu 1980, poderá contribuir-se efetivamente para neutralizar determinados efeitos da crise e dar também respostas concretas a algumas necessidades específicas. O mais significativo, porém, nesta circunstância é que possamos conformar uma verdadeira estratégia de integração econômica, contemplando ao mesmo tempo as necessidades concretas e imediatas de nossos países.

//

Por isso damos capital importância às decisões deste Conselho de Ministros em relação com os projetos elevados a sua consideração, os quais, em definitivo, pretendem conformar um dinâmico sistema de negociações comerciais e de pagamentos. Não devemos perder de vista, então, que daqui sairá a decisão política de atualizar o andamento da ALADI ao ritmo da economia internacional.

Neste sentido são legítimos os objetivos propostos para o sistema, bem como os elementos constitutivos que se encontram nos projetos a serem analisados; efetivamente é preciso estimular o intercâmbio intra-regional, afirmar as condições em que se desenvolva, reorientar os abastecimentos para ofertas regionais, ampliar a cooperação financeira e levar em conta o diferente potencial econômico existente entre os países-membros da Associação.

Por isso é de capital importância tomar as decisões para a rápida implementação e aprofundamento do mecanismo da preferência tarifária regional, a fim de que sirva efetivamente para ampliar a base preferencial do intercâmbio. Por outro lado, o que melhor definirá a vontade política de nossos países será o estabelecimento de uma margem em favor de um produto pelo simples fato de ser produzido na região.

Quanto ao projetado sistema de regulamentação do comércio recíproco, é de grande importância fixar normas que outorguem a máxima clareza à política comercial entre nossos países. Esta decisão, em nosso entender, condiciona todo o intercâmbio intra-regional.

No tocante a meu país, a aplicação de inúmeras restrições tarifárias a nossas exportações está ocasionando sua deterioração. Este efeito alcança também os outros países-membros da ALADI e torna necessário adotar medidas para superar estas dificuldades. É o caso dos países de menor desenvolvimento econômico relativo especialmente, uma vez que o próprio Tratado lhes concede um tratamento diferencial que neste campo é imprescindível.

Deve recordar-se que o Paraguai é um país cujo intercâmbio com a região se encontra na ordem de 60 por cento com relação ao total geral do comércio.

Por esses motivos damos especial ênfase à aprovação deste projeto de resolução esperando que ele conceda aqueles tratamentos diferenciais preferentes e facilite e assegure uma participação mais justa de nosso país nos benefícios do processo de integração.

No que diz respeito às facilidades para o acesso aos mercados da região, seria relevante recorrer ao mecanismo das compras estatais, bem como à canalização, através da ALADI, da realização de diversas modalidades de intercâmbio mediante a colocação em andamento de rodadas de negociações periódicas.

Não posso deixar de mencionar a proposta que em matéria de cooperação financeira e monetária busca sua vinculação direta com as negociações comerciais. Corresponde salientar que o Sistema Monetário e Financeiro da ALADI, diretamente a cargo dos Bancos Centrais de nossos países, é o mecanismo que mais eficientemente levou à prática os propósitos de cooperação que nos animam, razão pela qual não podemos senão outorgar respaldo político à proposta de um Acordo Monetário como fórmula mais avançada da cooperação financeira recíproca.

//

No conjunto de projetos se encontram dois, que se referem diretamente aos países de menor desenvolvimento econômico relativo. Eles são os referidos à ampliação dos mercados e a medidas especiais de cooperação. A respeito do primeiro, devo assinalar como imperativo a necessidade de ampliar as listas de abertura de mercados aprovadas no ano passado, entendendo que se procura uma evolução equilibrada dos benefícios do comércio e assegurar, através de medidas compensatórias adequadas, a participação dos países que estão nesta categoria, na necessária complementação regional.

Quanto ao segundo, permito-me chamar a atenção dos Senhores Ministros sobre a importância que tem para os países sem litoral marítimo a assistência prevista no próprio Tratado e na Resolução 4 do Conselho de Ministros da ALALC, que integra a atual estrutura jurídica da ALADI, a fim de compensar as dificuldades a seu comércio internacional, originadas em sua mediterraneidade. Tenho a mais firme convicção de que, nesta oportunidade, será dado mais um passo mediante a consecução do projeto em consideração. Uma decisão política deste tipo no caminho para que os demais órgãos da Associação, em consulta com os países interessados, gerem ações específicas para atenuar os condicionamentos de uma geografia peculiar. Não devemos marginalizar a importância política do fato de que no momento de consagrar os afãs comunitários na busca de soluções para o conjunto, estão sendo contempladas também as necessidades de cada um de nossos países individualmente.

Senhores Ministros, considero um dever de estrita justiça assinalar, mais uma vez, a profunda vocação integracionista que inspira o Governo e o povo da República do Paraguai. Como prova disso permito-me citar o expressado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Stroessner em sua visita à ALALC em março de 1976: "A América Latina deve reivindicar para si as atribuições essenciais de suas origens e de sua realidade geográfica; somente sob o signo da unidade e da coordenação nos programas econômicos será possível alcançar uma melhor participação nos benefícios do mercado mundial; e no âmbito de uma política de sincera e construtiva cooperação explorar racionalmente os ingentes recursos que tem sua natureza e as forças humanas disponíveis, propondo elevar o nível de vida e a prosperidade do homem latino-americano".

Fomos protagonistas das primeiras tentativas que assinalaram os albores desta esperança, acompanhamo-los ao longo de mais de vinte anos, contribuindo com nossa cota-parte de decidido apoio, e agora o reafirmamos, durante a vigência do novo Tratado. Essa vocação está inspirada não somente em nobres sentimentos de fraternidade americanista mas na comprovação de que a cooperação bem entendida é uma atitude inadiável para o desenvolvimento entre países irmãos por comuns sentimentos de progresso e bem-estar.

Alguns exemplos ilustram claramente a concepção anterior no que diz respeito a meu país. No Rio Paraná ergue-se a mais assombrosa obra de cooperação energética: a de Itaipú. Nela, não somente assombra o majestoso empreendimento mas a vontade decidida da República do Paraguai e da República Federativa do Brasil, que souberam associar seus melhores empenhos para o aproveitamento conjunto de um recurso hídrico comum.

É igualmente significativa a obra hidrelétrica de Iacyretá, compartilhada pela República do Paraguai com a República Argentina, em plena etapa de realização. O projeto Corpus, no mesmo tramo compartilhado do Rio Paraná, completa o quadro de empreendimentos conjuntos entre meu país e a Argentina. Os estudos estão terminados e foram elevados à consideração dos Governos para sua execução.



//

Além dos importantes projetos citados precedentemente, cabe mencionar outros que falam claramente em favor de que a integração bem entendida gera atividades produtivas de indubitável significação para o desenvolvimento regional.

Assim, em matéria de facilidades portuárias e de zonas e depósitos francos permito-me mencionar as que atualmente servem como valioso auxiliar do comércio internacional paraguaio: o porto franco de Paranaguá, Brasil, os depósitos e zonas francas na Argentina, o porto franco de Antofagasta, Chile, e de Montevidéu, a cidade que com tanto afeto nos abre suas portas hoje para esta magna Reunião. Outrossim, encontra-se com o Uruguai em etapa final de negociação um convênio de zona franca em Nova Palmira.

Não posso deixar de mencionar o sistema de interconexão vial que une meu país através de seus vizinhos com a região. Neste sentido permito-me ressaltar a importância da Ponte da Amizade com o Brasil e a ponte Encarnación-Posadas, com a Argentina, em construção. Igualmente, a conexão ferroviária com a República Argentina, bem como o "ferrocarril de la soja" que nos interconectará com o sistema ferroviário brasileiro para poder chegar assim ao litoral marítimo por esta via. Os estudos estão finalizados e sua construção será iniciada no prazo mais breve possível.

Confio em que desta Reunião de Ministros sairão as decisões políticas expressadas em compromissos e traduzidas em diversas ações que configurem um esforço coerente, uma vez que os diferentes projetos se entrelaçam e se conjugam para permitir a ansiada dinamização e aprofundamento do processo de integração e seus efeitos favoráveis sobre as economias de nossos países.

O Governo da República do Paraguai apoiará decididamente toda iniciativa neste sentido e espera que os demais estados membros também o façam, como a via mais válida para alcançar os objetivos que inicialmente traçou nossa organização.

Na Declaração de Quito, emanada da Conferência Econômica Latino-Americana, assinala-se que foi acordada uma resposta à crise econômica internacional que encerra desafios e promessas e cuja execução está, obviamente, subordinada à eficiência de nossa capacidade negociadora e à seriedade com que as instituições e organismos regionais e sub-regionais cumpram com os encargos formulados.

A ALADI, geográfica e potencialmente, é a área latino-americana de maior significação. Por esse motivo, é importante a responsabilidade dos países que a integram para aceitar aqueles desafios.

Senhor Presidente, Senhores Chanceleres e Senhores Ministros, desejo expressar que o Governo de meu país orientou-se sempre para o ambicioso objetivo da integração que aqui nos propomos porque conta plenamente com a confiança de seu povo, pois soube conduzir seu desenvolvimento em um clima de paz, com respeito à liberdade e à dignidade da pessoa humana.

O Excelentíssimo Senhor Presidente Constitucional da República do Paraguai, General-de-Exército Alfredo Stroessner, fez renascer a confiança e a fé do povo paraguaio, que hoje trabalha e vive no âmbito de uma grande convivência nacional com toda a força de sua energia criadora projetada para seus grandes destinos.

//

Em nome deste povo e do Governo do Paraguai expresso aos distintos Senhores Chanceleres os melhores sentimentos de fraternidade para suas respectivas nações, associadas à minha no ideal compartilhado de formar a grande unidade latino-americana.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Agradecemos a excelente intervenção do Doutor Saldívar, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, e concedemos a palavra ao Senhor Secretário de Comércio e Fomento Industrial do México, Doutor Héctor Hernández Cervantes.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE COMÉRCIO E FOMENTO INDUSTRIAL DO MÉXICO (Héctor Hernández Cervantes). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Ministro Carlos Alberto Maeso, Presidente da Reunião, Senhores Ministros, Senhores Delegados: com os fraternais cumprimentos do Presidente do México, Miguel de La Madrid, transmito aos Senhores seu mais amplo reconhecimento pelos esforços para vigorizar os fundamentos da integração latino-americana e sua efetiva aplicação.

Agradecemos ao povo uruguaio sua tradicional hospitalidade para realizar nesta nobre e culta cidade um encontro de transcendência regional.

Perante a gravidade da situação econômica internacional e, particularmente, perante a erosão sem precedente da cooperação internacional para o desenvolvimento, a América Latina deu provas neste ano de 1984 de solidariedade e de madurez.

A Segunda Reunião do Conselho de Ministros realiza-se em circunstâncias particularmente difíceis para a região. A intensa crise da economia internacional, cujos efeitos refletem-se na contínua deterioração dos termos de intercâmbio, em comparação com a dos países com desenvolvimento, é motivo de vital preocupação.

Há apenas semanas, em sua viagem oficial a América do Sul, o Presidente do México salientou "... as conseqüências negativas da escalada nas taxas de juros, a retração das correntes financeiras líquidas para a região, o crescimento da maré protecionista que freia o acesso de nossos produtos aos países industrializados, os elevados custos das tecnologias que obstruem a diversificação das economias latino-americanas e que não superar esses fenômenos significaria condenar a América Latina à estagnação, se não à regressão".

A América Latina e o conjunto dos países em desenvolvimento manifestaram a inadiável necessidade de encontrar soluções permanentes e a longo prazo ao problema da dívida externa. Manifestamos que os Governos dos principais países industrializados, a comunidade financeira internacional e os organismos financeiros e monetários multilaterais devem assegurar aos países devedores melhores condições de financiamento e alívio efetivo da carga do serviço da dívida, bem como melhores condições de acesso para nossas exportações, com o propósito de permitir em breve prazo taxas adequadas de crescimento econômico.

//

//

Existe, como se reconhece na Declaração de Quito, "uma íntima e inseparável vinculação entre comércio exterior e financiamento internacional. Somente o manejo conjunto dos dois fatores, contribuirá para uma solução positiva ao problema do endividamento externo".

Não houve resposta adequada do mundo desenvolvido. Os acordos temporários e limitados não resolvem nem atenuarão o problema fundamental que de uma maneira ou de outra se apresentará em toda sua dimensão no futuro próximo.

Perante esta realidade, é preciso tomar decisões firmes para impulsar o desenvolvimento da América Latina com maior agressividade e determinação, utilizando ao máximo entre outros esforços as possibilidades de integração que nos brinda o Tratado de Montevideu 1980.

Neste contexto são particularmente importantes os resultados da Conferência Econômica Latino-Americana do passado mês de janeiro, que ficaram plasmados na Declaração e no Plano de Ação e que constituem um dos maiores esforços de convergência tentado pelos países latino-americanos.

O México reitera o compromisso de implementar o conjunto de propostas nele contidas, cujos propósitos se orientam a concretizar, através da cooperação e integração econômica, a capacidade de resposta da região ante a crise internacional.

Por isso, e entendendo que na relação finanças-comércio existem vias adequadas para sustentar nosso crescimento regional, o México oferece neste Conselho de Ministros a sede da reunião de responsáveis governamentais de financiamento do comércio exterior, acordada e disposta no Plano de Ação de Quito.

A expansão do comércio e a complementação econômica entre os países latino-americanos são fatores determinantes para consolidar o desenvolvimento de suas economias.

Neste sentido é imperativa a utilização plena dos mecanismos com que conta a Associação e a busca de novas fórmulas, entre as quais se destaca a conveniência de vincular o comércio com o financiamento, visando racionalizar o uso de divisas e facilitar as transações intrazonais.

A preferência tarifária regional que constitui um dos mecanismos básicos do Tratado de Montevideu 1980 já é uma realidade. No entanto, devemos dar apoio unânime e decidido e lutar por uma preferência imediata mais ampla, de acordo com as possibilidades de cada país, que dê como resultado uma efetiva desviação do comércio para a região e seu incremento, entre os países que a integram.

A margem de preferência tarifária que for obtida, a curto ou médio prazos, somente pode ser efetiva se acompanhada de esforços paralelos no campo das barreiras tarifárias. Estas não devem frustrar as possibilidades de comércio que estamos empenhados em expandir.

Dentro deste exercício, devemos em conjunto brindar maior abertura e outorgar maiores facilidades aos países de menor desenvolvimento econômico relativo da região. O progresso de alguns sem o benefício comum e compartilhado por todos é inaceitável.

11192

Por isso é tão estimulante a mensagem do Chanceler da Argentina, Dante Caputo, em torno das opções apresentadas nos mecanismos de integração, tanto sobre o aprofundamento do processo quanto sobre a convergência e prazos.

Devemos, reitero, avançar com audácia e firmeza.

A este respeito, mais uma vez reiteramos o apoio correspondente às atividades do Comitê de Ação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social da América Central (CADESCA), orientadas a promover a canalização de recursos financeiros, materiais e técnicos tanto na América Latina quanto de países e organismos extra-regionais.

Em resumo, reafirmamos no foro operacional nossa vontade política. Devemos seguir adiante para vigorizar, diversificar e ampliar nosso comércio recíproco. Para isso, os meios mais adequados, e a curto prazo, são uma maior abertura entre nós mesmos e uma melhor utilização de formas de comércio como o intercâmbio compensado e o fortalecimento de nossos atuais mecanismos de pagamento.

Senhor Presidente, Senhores Ministros, tenho plena confiança no êxito de nosso trabalho e reconheço o renovado esforço de nossa Secretaria.

Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Agradecemos a excelente intervenção do Secretário de Comércio e Fomento Industrial do México, Doutor Héctor Hernández, e cedemos a palavra ao Doutor Luis Valencia, Chanceler da República do Equador.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO EQUADOR (Luis Valencia Rodríguez). Senhor Presidente, Senhores Chanceleres e Ministros de Estado dos países-membros da ALADI, Senhores Embaixadores e Senhores Delegados: felicito, em primeiro lugar, o Senhor Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai pela merecida eleição de que foi objeto, como Presidente do Conselho. Seu prestígio, conhecimentos e experiência são garantia de êxito em nossas deliberações.

Seja-me permitido também que em nome da Delegação equatoriana e no meu próprio deixo expressa constância do profundo agradecimento ao Governo do Uruguai pela fraterna acolhida de que somos objeto.

Senhor Presidente, o balanço preliminar da economia latino-americana em 1983, preparado pela CEPAL, lembra-nos o agravamento da crise. Um dos sintomas dessa crise foi a queda do produto interno bruto total da América Latina, que diminuiu para -3.3 por cento, após ter diminuído um por cento em 1982. O produto por habitante da América Latina foi quase dez por cento mais baixo em 1983 do que em 1980. A relação de preços do intercâmbio da América Latina continuou se deteriorando durante o ano passado e não se prevê altas consideráveis nos preços das matérias-primas no futuro imediato.

Os sintomas desta situação sentiram-se em todos os campos da economia. Isso levou a que, junto com a forte contração do intercâmbio comercial da América Latina com o resto do mundo, ocorresse uma deterioração violenta do comércio intra-regional, enquanto que ao mesmo tempo a quase totalidade dos paí

ses latino-americanos adotou medidas defensivas de índole protecionista, estimuladas por um balanço de pagamentos marcadamente deficitário e alguns recorreram à aplicação de cláusulas de salvaguarda. O Equador sustenta que esta situação não deve continuar. Para isso, no contexto geral de fortalecimento dos esquemas de cooperação e integração econômicas, são requeridas ações imediatas principalmente em dois sentidos: por um lado, freiar a adoção de novas barreiras ao comércio intra-regional, entre elas as práticas protecionistas e, por outro, introduzir diversas medidas de caráter preferencial, entre as quais se destacam os acordos de alcance parcial, o apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo e a promoção da capacidade de compra dos estados.

Ninguém duvida agora de que a identificação das causas que originaram a crise das economias de nossa região apresentou a necessidade de uma união de vontades para propiciar a formulação de uma estratégia conjunta que coadjuve no enfrentamento e superação da crise. A realização em Quito da Conferência Econômica Latino-Americana, em janeiro último, constituiu a culminação de uma longa etapa de esforços conjuntos e propiciou um marco no processo de coordenação da política exterior dos países da América Latina e do Caribe, cujo resultado concreto se manifestou na "Declaração de Quito" e seu "Plano de Ação", documentos que definem a resposta comum da região perante a crise econômica na qual nos encontramos submersos.

Esta Declaração, que reflete a vontade política que anima os Governos de nossos países, expõe através do Plano de Ação celebrado a instrumentação de medidas que permitam à região não apenas abordar em forma conjunta sua problemática com o exterior mas também abrir a possibilidade de instaurar um novo estilo no plano da cooperação intra-regional.

A eficácia das ações acordadas em Quito dependerá naturalmente das possibilidades de implementação prática e do uso que façam dela os próprios países, bem como de sua capacidade para fazer valer em suas negociações individuais os critérios adotados coletivamente e ao mais alto nível político.

Coincidimos em Quito em que o objetivo de atingir a longo prazo o desenvolvimento econômico sustentado e menos dependente da América Latina deve sustentar-se em um intercâmbio comercial crescente e equilibrado, através do incremento da produção exportável entre os países da região e para terceiros que lhe permitam gerar recursos financeiros para auto-sustentar seu desenvolvimento.

O Plano de Ação assinalou as responsabilidades que incumbem a ALADI neste grande processo de recuperação. Manifestou-se que as recomendações dirigidas a este organismo são de triplo caráter: aquelas que lhe correspondem como ação imediata e direta; aqueles casos em que a ALADI compartilha responsabilidades com outros organismos, e as encomendas indiretas. Quero, agora, ressaltar somente as primeiras e, dentre elas, destacar os mecanismos de cooperação financeira da ALADI e as negociações para o estabelecimento da preferência tarifária regional.

Sem mencionar os outros aspectos das encomendas feitas, temos aqui amplo campo no qual a ALADI pode cumprir um papel importante para ajudar na superação das graves consequências da crise. A agenda desta Segunda Reunião do Conselho de Ministros contempla estes temas e outros de especial importância para o futuro da ALADI. O Equador espera que nesta oportunidade sejam adotadas decisões fundamentais sobre esses temas, bem como sobre a expansão do comércio recíproco dos países-membros e as medidas de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Apesar dos incessantes esforços realizados em diferentes foros regionais, o certo é que, a três meses da Conferência Econômica Latino-Americana nos encontramos vivendo uma dupla crise: a econômica e a de credibilidade no processo de integração. A deterioração do intercâmbio comercial atingiu limites angustiosos e é, portanto, imperativo resgatar essa credibilidade mediante a eliminação das barreiras ao comércio que, com excesso de imaginação, nós auto-impusimos.

Devemos ser categóricos ao manifestar que o protecionismo, embora não intencional em suas origens, é igualmente reprovável como são as práticas que surgiram em resposta a pressões internas. Uma e outras medidas entretanto, não são o remédio adequado perante a crise que nos afeta. Em lugar de constituir ações corretivas estruturais que visem recompor a situação econômica, agravam-na com as negativas consequências previsíveis tanto para os consumidores dos países importadores quanto para as economias dos exportadores.

Não posso deixar de assinalar o imenso contraste existente entre a vontade política expressada em muitas oportunidades e foros pelos Senhores Chefes de Estado e os escassos progressos obtidos, por não falar da ausência dos mesmos.

Para não mencionar senão um exemplo recente, quero referir-me à Declaração dos Presidentes bolivarianos: "Para nós a pátria é a América", subscrita em Caracas em 24 de julho de 1983. Nesse documento, os Chefes de Estado de Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela reiteraram seu "firme apoio ao processo de integração andino e a decidida vontade de superar, com espírito solidário, as dificuldades que atravessa". Declararam que tinham "resolvido imprimir" a esse processo "um novo dinamismo, renovando suas metas, atualizando seus programas de ação no contexto internacional e sub-regional e aperfeiçoando seus instrumentos". Assinalaram que estes esforços deviam contribuir para fortalecer a ALADI, entre outros organismos internacionais.

O que foi feito para pôr estes projetos em prática? Nada, infelizmente. É pior ainda; é com sentimento de frustração que devemos reconhecer que a situação tenha piorado, motivo pelo qual nossos povos estão agora colocando todo o processo de integração em sérias dúvidas sobre sua viabilidade e sua própria subsistência.

O Equador quer declarar novamente que está plenamente consciente de que a colocação em prática do afã integracionista significa a imposição de sacrifícios momentâneos a nossos países, sacrifícios que, entretanto, constituirão a longo prazo as bases sólidas e firmes de nosso desenvolvimento.

Tais sacrifícios e benefícios, naturalmente, devem ser compartilhados por todos e esta é a razão pela qual o aprofundamento dos mecanismos acordados em Quito adquire hoje plena vigência, uma vez que eles foram esboçados para superar a crise e alcançar, com o menor custo possível, o nível de desenvolvimento que anelam os povos latino-americanos.

Devemos reiterar que a dívida externa continuará constituindo fator de desequilíbrio econômico para a região durante vários anos e seu processo de desenvolvimento estará afetado por essa obrigação, até o extremo de que sua recuperação será lenta.

11

Durante 1983, o pagamento de juros da dívida externa da América Latina, que atingiu um montante aproximado de 310 bilhões de dólares, representou 35 por cento do valor das exportações de bens e serviços no conjunto da região. Essa proporção superou amplamente a de 20 por cento, considerada habitualmente como limite máximo aceitável.

Com efeito, por cada ponto que o mercado de capitais elevar as taxas de juros, a carga torna-se terrivelmente mais onerosa, uma vez que não somente afeta o incremento do serviço da dívida, mas também os custos de produção, através do encarecimento dos insumos que utiliza a indústria de nossos países.

Os juros preferenciais dos Estados Unidos subiram um ponto e meio em menos de um ano. A meados de 1983 essa taxa estava em 10 por cento. Neste momento ela se encontra em 12 por cento, mantendo-se uma tendência altista que, segundo os analistas, poderia elevar os juros para 13 por cento nos meses seguintes.

Essa atitude não é compatível com a dos Governos da América Latina e do Caribe que, ao reconhecer e assumir suas obrigações na Declaração de Quito, reclamaram dos Governos dos países credores, dos organismos financeiros internacionais e dos bancos privados internacionais uma atitude de co-responsabilidade na solução do problema da dívida externa, levando em consideração também suas consequências políticas e sociais.

A região está suportando duros programas de ajustes. É necessário recordar, como se faz na Declaração de Quito, que "os ajustes com consequências depressivas prolongadas sobre a produção, o emprego e os níveis de vida não são compatíveis com os objetivos visados". Por conseguinte, acreditamos que deve ficar absolutamente claro que não é possível continuar aplicando em nossos países as atuais políticas de ajuste ou que se radicalizem mais ainda tais políticas, enquanto persistirem ou se deteriorarem as condições externas. Embora já tenha sido dito, é necessário insistir em que tal atitude pode provocar em muitos países situações muito difíceis, de caráter econômico, social e até político, que se tornariam incontroláveis. Essas situações logicamente afetarão adversamente a capacidade de recuperação das economias o que, por sua vez, tornará ainda mais grave o peso pelo serviço da dívida acumulada. Convém, portanto, chamar novamente a atenção para esta realidade não somente dos Governos de nossos países, mas especialmente dos respectivos organismos internacionais de financiamento e dos bancos privados internacionais.

A região cumprirá os compromissos que assumiu. Pelo menos isso posso manifestar em nome do Equador. Mas, para atingir este propósito, é indispensável que uns e outros assumam as responsabilidades que lhes correspondem no fenômeno da crise e que, no plano regional, honremos também nossas obrigações recíprocas.

O Senhor Presidente Constitucional do Equador, na comunicação dirigida aos Senhores Chefes de Estado ou de Governo de todos os países do mundo, em cumprimento do mandato de Quito, expressou claramente: "Na América Latina e no Caribe existe a melhor disposição para procurar caminhos coincidentes com as nações industrializadas, com os organismos de cooperação e com os bancos privados internacionais. Se a interdependência é um fenômeno que hoje domina as relações exteriores, todas as Partes envolvidas na crise devemos encontrar coletivamente soluções razoáveis, pois seu agravamento afetará inclusive as nações industrializadas e suas instituições. É verdade que as guerras são hoje os fenômenos que mais perturbam a paz; mas se a crise econômica de nossas nações não se resolve poderia gerar-se uma nova causa de graves conflitos sociais e políticos desestabilizadores, que inevitavelmente perturbarão o precário equilíbrio mundial".

//

Senhor Presidente, neste ponto convém recordar que no momento oportuno a integração e a cooperação a nível regional responderam de algum modo a fundamentadas expectativas de nossos povos por ampliarem os mercados nacionais. No momento atual, sua consideração vai mais longe, pois é necessário configurar uma posição conjunta da região em todas as ordens, para superar com êxito os vaivéns de uma economia internacional cada vez mais interdependente e na qual a presença isolada de um país não tem cabimento.

Por isso, ao participar desta Segunda Reunião do Conselho de Ministros da ALADI, o Equador quer que sua voz seja franca, precisa e terminante. Nossos povos estão cansados de escutar reiterativas declarações ou propósitos não cumpridos. Não se pode continuar por este caminho. A ALADI enfrenta-se agora com um dilema: ou persiste nessa política, como acontece com outros processos e parece irremediavelmente, ou se dinamiza e acende novamente a luz da esperança. O Equador está pronto para contribuir para que as medidas acordadas e as que se acordarem tenham efetiva aplicação já que, dessa maneira, nossos povos poderão recuperar a confiança nos organismos de integração que criamos.

Muito obrigado.

- Aplausos

PRESIDENTE. Agradecemos a excelente intervenção do Doutor Luis Valencia Rodriguez, Ministro das Relações Exteriores da República do Equador, e cedemos a palavra ao Ministro das Relações Exteriores do Chile, Doutor Jaime del Valle.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO CHILE (Jaime del Valle). Senhor Presidente do Segundo Conselho de Ministros da ALADI, Senhores Ministros de Estado, Senhores Embaixadores, Senhor Secretário-Geral, Senhores Observadores, Senhoras e Senhores: sejam minhas primeiras palavras para expressar em nome de meu Governo e no meu próprio nome nossas felicitações por sua eleição para dirigir estas deliberações.

Estou certo de que suas condições de prestigiado jurista e hábil diplomata serão muito valiosas para obter resultados concretos em prol da inadiável necessidade de avançar no caminho da integração e desenvolvimento de nossos povos.

Outrossim, Senhor Ministro, queremos agradecer por seu intermédio ao povo e ao Governo uruguayos a cordial e carinhosa acolhida brindada nesta formosa Montevideu.

Esta cidade é uma evocação e uma esperança para os anelos, embora insatisfeitos, de Artigas, Sucre, San Martín, Bolívar e O'Higgins de ver nossas pátrias fortes, unidas e respeitadas no conjunto das nações.

A Delegação do Chile assiste a esta segunda reunião do Conselho de Ministros com uma firme vontade política de cooperar na tarefa que estamos desenvolvendo para superar -com o esforço e vontade comuns- a aguda crise econômica que desde 1981 afeta com particular violência nossa região.

A presença dos Senhores Chanceleres, Ministros e Altos Representantes, fortalece-nos e estimula-nos pois nos demonstra, mais uma vez, que os Governos dos países irmãos, membros da ALADI, compartilham nossas preocupações e atribuem igual importância à obra que ela pode desenvolver para a integração da América Latina e para uma mais rápida e menos dolorosa superação da crise que nos afeta.



//

Desejaria reiterar -nesta oportunidade- a profunda vocação integracionista do povo e do Governo do Chile. Dos preâmbulos para a criação da ALALC até os esforços que hoje fazemos e apesar de que avançamos em forma mais lenta do que a velocidade com que se acumularem e ampliaram nossos problemas, continuamos acreditando que o esforço integrador é o principal caminho para nosso desenvolvimento interno e para potencializar-nos em nossas negociações com o resto do mundo.

Continuamos dispostos também com toda nossa vontade a realizar os máximos esforços para acelerar e aprofundar este processo, não somente porque é um imperativo histórico e legado que devemos proteger, mas também porque a situação internacional requer nossos acordos para obter melhores condições.

Hoje de manhã tivemos o privilégio de ouvir as esclarecedoras palavras do Exce<sup>l</sup>entíssimo Senhor Presidente do Uruguai, Tenente-General Gregório Alvarez, quem, junto com assinalar-nos um caminho, recordou-nos a amarga realidade presente que teve seu impacto sobre o intercâmbio regional, que nos últimos anos experimentou um notório retrocesso.

Naturalmente não podemos responsabilizar pelo ocorrido o desenvolvimento que experimentou o Tratado de Montevideu 1980, uma vez que a ALADI mostrou-se como mecanismo eficaz e realista que logrou reativar um processo que estava estagnado e limitado por uma estrutura jurídica que requeria profunda modificação como a da ALALC.

No entanto, fatores externos a esta região e variáveis que não podemos controlar geraram em nossas nações o mais profundo processo recessivo deste século, somente comparável ao acontecido durante os anos trinta, com as naturais conseqüências econômicas, sociais, políticas, bem como sobre os esforços pela integração aos quais todos nos encontramos dedicados com esperança e decisão.

Meu Governo está consciente de que a superação dos graves problemas econômicos e sociais que nos afetam será possível na medida em que forem superadas as causas que os geraram e que têm sua raiz nos desequilíbrios produzidos no manejo das economias desenvolvidas, bem como no ajuste realista da excessiva dívida adquirida pela região para enfrentar uma crise cuja extensão e profundidade ninguém foi capaz de prever.

Entretanto, estamos certos, tal como manifestou ou Excelentíssimo Senhor Presidente da República Oriental do Uruguai, que o mercado regional pode e deve tornar-se uma alternativa capaz de permitir superar pelo menos parcialmente os negativos efeitos da crise, bem como as exigências para restabelecer um processo de desenvolvimento contínuo.

Neste sentido, viemos participar desta Segunda Reunião do Conselho de Ministros com a decisão de negociar a implementação de medidas e mecanismos que possibilitem o objetivo antes indicado.

Estamos conscientes das grandes pressões vividas no interior de nossos países destinados a procurar proteção e exclusividade para os produtores locais de nossos respectivos mercados internos.

Estas pressões foram se manifestando em sucessivas medidas, em alguns países implementadas para restringir as importações.

Meu país, sem prejuízo de ter sido um dos mais afetados pela crise de origem externa, manteve vigente durante este período a abertura da economia ao intercâmbio com o exterior sem mais restrições do que um baixo nível tarifário, complementado com modificações marginais e temporárias a este, para compensar práticas desleais de comércio.

Fizemos isto porque a vigência desta estrutura normativa do comércio constitui segundo nosso critério a fórmula mais adequada para permitir que nosso país ajuste sua economia a uma nova realidade e depois prosperar.

Porque acreditamos no intercâmbio e porque precisamos dele temos esperança nos avanços que possamos realizar agora na ALADI.

Atribuimos particular prioridade à decisão de estabelecer um acordo para suspender a aplicação de medidas restritivas ao comércio, bem como à remoção gradual das existentes.

O mesmo acontece com a implementação da preferência tarifária regional, que começaria a ser aplicada com base em uma percentagem pequena nas que esperamos poder ir aprofundando mais adiante, respeitando um melhor tratamento para os países de menor grau de desenvolvimento relativo.

Confiamos em que o resto dos acordos que estamos realizando no plano comercial, bem como no financeiro e monetário, nos permitam complementar com êxito os objetivos de maior integração que nos traçamos.

Consideramos que todo este processo não poderia dar os frutos desejados sem a colaboração do organismo técnico da ALADI, isto é, a Secretaria-Geral. De sua organização, eficiência, independência, imaginação e autoridade dependerá a qualidade dos projetos submetidos à consideração dos Governos. O Governo do Chile compreende e aprecia os esforços realizados por este Organismo e apoia decididamente, entendendo que ele, em conjunto com os esforços do Comitê de Representantes, nos levará aos objetivos que nos fixamos como metas a atingir.

Por último, Senhor Presidente, desejaria reafirmar a decisão do Governo do Chile -tendo em vista a gravidade do momento que hoje atravessamos- de não desaproveitar nenhuma instância, para avançar na solução em comum de nossos problemas.

Por isso, agora em Montevideu, inspirados na Declaração de Quito, deveremos dar passos concretos para materializá-la e em breve, em outras instâncias hemisféricas como o Conselho Interamericano Econômico e Social, a realizar-se em agosto, em Santiago, deveremos tentar dar novos impulsos para complementar este esforço e melhorar nossas condições financeiras e comerciais internacionais.

Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Agradecemos a valiosa intervenção do Doutor Jaime del Valle, Ministro das Relações Exteriores do Chile e cedemos a palavra ao Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Doutor Isidro Morales Paúl.

//

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA VENEZUELA (Isidro Morales Paúl). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente da Segunda Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, Senhores Chanceleres, Senhores Ministros, Senhores Embaixadores, Senhor Secretário-Geral, Senhores Delegados: tenho a grata satisfação de expor algumas idéias que consagram, em termos gerais, a posição da Venezuela em relação com o importante tema da integração latino-americana.

Não quero referir-me em detalhe aos progressos e dificuldades da Associação Latino-Americana de Integração nem tampouco a seu antecessor imediato, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Quero dar especial ênfase a necessidade de fortalecer política e instrumentalmente não apenas esta Associação de Integração, senão todos os mecanismos de cooperação entre os países em desenvolvimento.

Enfrentamos um mundo em estado de grave crise. A dívida externa latino-americana representa a terceira parte do montante que deve o mundo em desenvolvimento. A alta exagerada das taxas de juros, acrescentada aos pagamentos por conceito de capital, excede a capacidade de pagamento dos países em desenvolvimento.

A privatização das fontes de financiamento traduziu-se em um círculo vicioso onde instituições bancárias de escasso poder econômico dependem em grau extremo do cumprimento estrito das obrigações financeiras enquanto que as condições de pagamento não são compatíveis com os esforços econômicos dos países devedores. Paradoxalmente, a América Latina passou de uma área recipiendária para uma área exportadora de capitais. A capacidade de nossos países está intimamente vinculada com a necessidade de atender às obrigações sociais e econômicas de nossos povos. Os graves acontecimentos político-sociais que estão ocorrendo em algum país da área do Caribe estão intimamente vinculados com os extremos exigidos pelo Fundo Monetário Internacional.

É necessário unir esforços para criar mecanismos multilaterais de crédito que contemplem empréstimos em condições compatíveis com nosso desenvolvimento econômico-social.

O esforço de Contadora é um reflexo de que quando os esforços de integração não dão os resultados indispensáveis para o progresso social surge a fragmentação, a crise e o enfrentamento ideológico. Por isso a integração é um desafio e uma necessidade político-social.

Nesta Conferência espera-se implementar os princípios estabelecidos na Carta de Quito, o estabelecimento da preferência regional para ALADI e inclusive a possibilidade de um regime de preferência no contexto latino-americano.

Sabemos que nossos países sofreram as conseqüências da crise em termos dramáticos com grande transcendência político-social. Estamos conscientes das dificuldades do processo, mas cremos sinceramente que a integração é uma das respostas congruentes ao desafio do desenvolvimento.

Por isso tenho o grande prazer de reiterar em nome do Presidente da Venezuela, Doutor Jaime Lusinchi, o apoio total do novo Governo à consolidação destes esforços.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Agradecemos a valiosa intervenção do Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Doutor Isidro Morales Paúl, e concedemos a palavra ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Doutor Ramiro Saraiva Guerreiro.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (Ramiro Saraiva Guerreiro). Senhor Presidente, em primeiro lugar, queria congratular-me com os demais colegas em torno desta Mesa por havermos elegido Vossa Excelência para dirigir nossos trabalhos e, em segundo lugar, congratular-me também por termos Montevideu como sede de nossa reunião, uma cidade tão bem dotada por seu clima, por suas comodidades e sobretudo pela hospitalidade de seu povo e Governo, tão bem dotada, como disse, para os nossos encontros latino-americanos. Na verdade, o esforço de integração latino-americana já vem de há algum tempo, de há quase um quarto de século.

Não se pode dizer que teve resultados dramáticos, mas certamente produziu algo de muito substancial; e me lembro, por exemplo, que, no ano 1981, talvez o último que se caracterizou, apesar das duas crises do petróleo, por um processo de expansão econômica, ainda as exportações de meu país se dirigiram à América Latina em uma proporção de 18 por cento do total. E comparado isto com as grandes regiões comerciantes do mundo, Estados Unidos, CEE, Japão e os demais países em desenvolvimento, esta porcentagem era muito importante.

Por primeira vez a região excedeu os Estados Unidos como destino de nossas exportações. O que se passou com nossas importações não foi muito diferente: um crescimento, em 20 anos, de mais de 250 por cento em termos de porcentagem sobre o total.

A partir de 1982, nós entramos em uma espiral descendente em relação a todos os aspectos da nossa economia, interna e externamente e em todos nossos países em diferentes graus, diferentes níveis. Num período de retração e estagnação, como é natural, as medidas que tivemos de tomar todos os países-membros desta Associação necessariamente reduziram o comércio recíproco, um reflexo de uma situação de ordem geral. Não precisa entrar na análise desta situação.

Ainda há pouco em Quito, em janeiro, todos nós expusemos os nossos pontos de vista e fizemos as nossas análises e o mais notável dessa reunião foi a coincidência de todos sobre os pontos fundamentais dessa análise e também sobre as medidas que se deviam tomar.

Aquela série de posições comuns que apresentamos aos países altamente industrializados, aos países onde estão as instituições credoras nossas, infelizmente, não têm sensibilizado os Governos desses países, embora se note aqui, ali e em meios acadêmicos, às vezes jornalísticos, e até mesmo em meios bancários, uma crescente compreensão para aquilo que nós assinalamos como necessário no documento de Quito.

A outra face do documento, que era voltada para o nosso interior, para a região mesma, evidentemente, fundamental, depende principalmente de nós mesmos, embora não seja fácil, não nos enganemos. Não são recomendações cuja efetivação seja simples ou fácil.

Mas nós estamos fazendo de boa fé, todos os países, um esforço nesse sentido e esta sessão em que estamos agora, da ALADI, atende a uma boa parte daquelas recomendações de Quito, além de cuidar, é óbvio, daquilo que é próprio da organização da ALADI e do seu programa de trabalho normal.

//

Nós acreditamos que as medidas que todos tomamos, de ordem geral, para produzirmos saldo de balança comercial, com vistas a reduzirmos os déficits de balanço de pagamentos, atendendo aos serviços da dívida, devem ser tomados com cuidado muito especial, para não se aplicarem mecanicamente também a outros países da região.

Isto não é fácil, requer um trabalho de estudo e negociação específica nas relações comerciais com cada um dos parceiros da região, mas é fundamental. Em parte, estas medidas de ordem geral que nós aprovaríamos amanhã não têm esta especificidade de vantagem relativa que nos concedemos uns aos outros, mas é preciso até mesmo um pouco mais na administração das nossas medidas nacionais de ordem geral: termos o cuidado de negociarmos bilateralmente, levando em conta a especificidade do comércio com cada um de nossos parceiros na região.

Tudo o que fizermos, as medidas que tomarmos a fim de gerar comércio entre nós vão requerer, na sua execução, uma grande determinação jurídica.

Pelos motivos conhecidos, alguns aqui mesmo já mencionados, todos nós temos setores e subsetores com interesses especiais, todos nós somos sociedades de uma forma ou outra abertas e sujeitas -os Governos- às pressões específicas dos interesses particulares. É preciso, portanto, haver determinação e ter sempre presente o interesse da economia nacional dos países em seu conjunto, de forma a sobrepujar essas pressões especializadas por assim dizer. É preciso uma grande determinação para ver e precisar se isso se pode. Não faz sentido, é preciso quebrar essa espiral descendente de cada vez menos comércio resultante do ajustamento do balanço de pagamentos simplesmente pela redução das importações. Precisamos ter confiança de que é possível aumentar as exportações também e fazer as duas coisas, aumentar as exportações e aumentar as importações, o que requer imaginação, mas requer muito exame objetivo das possibilidades e uma negociação talvez caso a caso muito cuidadosa, mas muito determinada pelos objetivos que se procura alcançar.

Não desejaria, Senhor Presidente, fazer nenhum discurso, queria apenas dizer algumas palavras para reiterar a posição muito firme de meu país de buscar, juntamente com os demais membros desta Associação, todos os caminhos possíveis de uma forma prática e eficiente, mas inspirados sempre por esta motivação de evitar, em primeiro lugar, que esta retração que nos foi imposta pela conjuntura mundial se reflita de uma forma perigosa e particularmente danosa aos objetivos da integração regional, isolada, na medida do possível, e até ver nesta integração regional, como foi dito aqui várias vezes, um dos meios de aliviar ou de reduzir em nossas economias os efeitos negativos de recessão mundial.

Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Agradecemos a excelente intervenção do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Professor Ramiro Saraiva Guerreiro, e concedemos a palavra ao Representante Pessoal do Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Embaixador Luis Carlos Villegas.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR REPRESENTANTE DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA COLÔMBIA (Luis Carlos Villegas Echeverry). Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, Senhores Chanceleres, Senhores Delegados, Senhoras e Senhores: não é minha intenção fazer um discurso de fundo neste início do Segundo Conselho de Ministros da ALADI, mas quero, Senhor Presidente, fazer chegar em nome do Presidente Bentancur da Colômbia e de seu Chanceler, Rodrigo Lloreda, nossas mais sinceras felicitações ao Senhor Chanceler por sua designação como Presidente deste Conselho e também a todo o Uruguai, país de encruzilhada na integração latino-americana, encruzilhada na integração por ser sede de nossa ALADI; em segundo lugar, por ter a Juan José Real na Secretaria e em terceiro lugar por tê-lo dirigindo nossos trabalhos.

Senhor Presidente, a crise que atualmente oprime a América Latina é inimiga de sua integração, em princípio. Todo país confia primeiro em si mesmo e depois nas soluções que os demais possam recomendar-lhe. Essa seria a saída intuitiva que teríamos para adotar políticas nacionais ante a crise. No entanto, a integração aparece como o único instrumento viável de meio e longo prazos para ajudar-nos racionalmente a superar os problemas que atualmente estamos encarando.

Essa crise que aumentou nossa dívida externa, que nos causou um decréscimo, que nos levou a níveis de desemprego nunca antes conhecidos, a níveis de inflação que riscam no novelesco, a déficit fiscais que estão além de nossas próprias repartições de emissão poderiam suportar, poderia levar-nos, Senhor Presidente, a dizer com toda objetividade que hoje todos os latino-americanos somos países de menor desenvolvimento relativo. Os interlocutores multilaterais vêm dizer-nos que devemos aplicar à essa crise medidas de ajuste. Medidas de ajuste que finalmente darão em nada com todo nosso desejo de abertura política, de democracia, de recuperação e que contrasta com o que a América Latina devia ter feito nos anos anteriores, que é a austeridade, esse ato voluntário de reconhecimento de que ante escassos recursos, escassas ações. Hoje provavelmente estamos pagando essa falta de austeridade.

Aparece há dois meses a Declaração de Quito, soma de vontades políticas latino-americanas, de mandatos aos organismos especializados de integração e de cooperação econômica. E, que como dizia o Senhor Chanceler do Equador, requer mais de obras que de repetições e de reiterações sobre esses compromissos.

Hoje nos dedicamos, neste Segundo Conselho de Ministros, à decisão sobre a preferência tarifária regional. Em um momento cinza, escuro, aparece essa luz que poderia converter-se em uma das vias para que a integração política de nossa região se converta em atos concretos que elevem nosso comércio, que elevem nossa cooperação econômica e, portanto, nosso progresso.

Esta nossa ALADI, Senhor Presidente, é um dos exemplos mais fieis do que pode ser a cooperação Sul-Sul no contexto da comunidade internacional e não apenas entre seus membros, senão também com terceiros. A Colômbia, por exemplo, através dos mecanismos que permite o Tratado de Montevidéu subscreveu acordos de alcance parcial com vários países centro-americanos, entre eles Costa Rica, Nicaragua e Guatemala e já tem negociados acordos com El Salvador, com Honduras e com Barbados. Tudo isto dentro da tese de que, além das soluções políticas que possam alcançar-se através da negociação, requer um esforço de reestruturação sócio-econômica naquelas zonas onde as tensões chegaram à violência, chegaram ao desespero, chegaram à desestabilização; não apenas

11

através desses acordos de alcance parcial, senão também através de mecanismos como do CADESCA, do SELA, estamos tratando de que essa tese seja também em uma convicção na ação política que desenvolvemos não apenas unilateralmente, senão dentro das ações que adianta o Grupo de Contadora.

Finalmente, Senhor Presidente, aqui na ALADI falamos de comércio e de financiamento. Se falamos de comércio, implicitamente falamos de produção; se falamos de produção, falamos portanto de emprego; se falamos de emprego, falamos de outros fatores e índices finalmente denominados crescimento.

Portanto, está em mãos dos Chanceleres que assistiram a este Conselho assumir a responsabilidade política de que as decisões que aqui se tomam finalmente são as concretas, são as que beneficiarão nossos industriais, nossos comerciantes, nossos produtores agropecuários, além das políticas que se tomem em defesa da crise que atualmente nos oprime. E nesse contexto, Senhor Presidente, quero citar parágrafos do ponto 27 dessa Declaração de Quito, onde dizíamos não há mais de dois meses e meio: "Consideramos que esta solene ocasião evidencia um propósito permanente de nossos países para manter, superando toda a classe de obstáculos, a unidade regional, que é requisito essencial de nosso desenvolvimento. Acordamos uma resposta que encerra desafios e promessas. Sua execução está obviamente subordinada à eficiência de nossa capacidade negociadora e à seriedade com que as instituições e organismos regionais e sub-regionais cumpram os encargos que aqui lhe fazemos".

Senhor Presidente, há quatro anos, nesta mesma cadeira, dizia que oxalá pudéssemos inverter a frase de nossos libertadores de "que não é possível arar no mar, senão em terra latino-americana".

Obrigado, Senhor Presidente.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Agradecemos a excelente intervenção do Embaixador Luis Carlos Villegas, da Colômbia, e se não há inconveniente, faríamos um intervalo de dez minutos.

- Assim se procede.

---

INTERVALO

---

PRESIDENTE. Encerra-se o intervalo.

Prosseguindo com a reunião, concedemos a palavra ao Senhor Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Doutor Gustavo Fernández Saavedra.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA BOLÍVIA (Gustavo Fernández Saavedra). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, permita-me, em primeiro lugar, somar-me às expressões de satisfação com que esta Conferência recebeu sua designação como Presidente.

Suas condições pessoais, seu conhecimento das matérias em debate e sua enorme simpatia, sem nenhuma dúvida, serão fator importante para o êxito desta Reunião.

A crise econômica internacional definiu uma das prioridades da integração continental que, a critério da Delegação da Bolívia, não deveria passar despercebida nesta Reunião.

A necessidade imperiosa de incrementar o grau de autonomia relativa da região surge como objetivo básico das ações de cooperação latino-americana, à luz do condicionamento da crise econômica internacional no desenvolvimento de nossos países.

A Conferência Econômica Latino-Americana, recentemente celebrada em Quito, produziu como um de seus resultados mais importantes e, talvez dos mais significativos, a decisão latino-americana de iniciar uma ação externa conjunta que modifique os parâmetros opressivos do condicionamento externo tanto no campo do financiamento internacional da dívida externa como das condições de comércio internacional das tendências do protecionismo dos países industrializados, que não só limitam o potencial de expansão de nossa região para fora, senão que dificultam gravemente as possibilidades da cooperação interna dos países latino-americanos.

Nenhum programa de integração latino-americana referente à cooperação entre os países-membros poderá ter êxito enquanto não se modifiquem as condições do mercado internacional de financiamento e do mercado internacional para a circulação de bens e serviços.

Também a crise econômica, com todas suas limitações, propõe à integração latino-americana objetivos diferentes dos visados em épocas de maior prosperidade. A crise, a recessão, a depressão internacional, impuseram a todos nossos países a necessidade de aplicar modelos de desenvolvimento com novas pautas, com um estilo diferente ao prevalecente anteriormente.

A realidade -e não só a teoria- impõe a nossos países austeridade, repouso no desenvolvimento dos recursos próprios, a obrigação de uma visão mais pragmática das possibilidades do desenvolvimento, que não pode ficar confinada nos planos internos de desenvolvimento, senão que deve trasladar-se necessariamente, a critério da Delegação da Bolívia, à definição dos próprios objetivos da integração regional.

Ou seja, além da realidade internacional destes dias propor à integração regional a necessidade de formular uma estratégia de ação externa conjunta, impõe-lhe também a obrigação de enfocar de maneira diferente os programas de integração regional.

As circunstâncias impõem menor ênfase nos aspectos formais da integração latino-americana, menor atenção a tarefas que durante muitos anos demandaram inutilmente a atenção dos países latino-americanos, para concentrar o interesse de nossos Governos e de nossos povos nas prioridades reais do desenvolvimento econômico de nossos países.

É necessário enfocar, do ponto de vista da Delegação da Bolívia, os objetivos da ação integradora e de cooperação regional com maior pragmatismo e profundidade, resistindo à tentação passada de uma excessiva ambição e de escasso realismo.



//

A generalidade dos objetivos anteriores e as dificuldades com que tropeçaram nossos países ao longo de quase 15 anos de busca da integração latino-americana se converteram também em um patrimônio que poderíamos qualificar de negativo para os esforços futuros. Assim como se acumulou uma valiosa experiência nos caminhos da cooperação, no conhecimento recíproco entre nossos países, seria arriscado e imprudente ocultar uma realidade que se impôs também no curso destes anos: um sentimento generalizado de desconfiança dos povos no valor e na profundidade ideal da integração latino-americana.

Por isso, uma Conferência de transcendência à que hoje concorremos deve interpretar-se como começo de um novo esforço; tem a urgência de reviver a fé na integração latino-americana que se foi perdendo ao longo de tediosas e bizantinas negociações sobre temas formais que resistiram a necessidade de enfocarem as prioridades reais do desenvolvimento de nossos países, que se cuidaram de manejar-se nas fronteiras dos problemas principais, e que hoje têm diante de si a obrigação, mais do que a necessidade, de responder aos desafios da crise econômica internacional.

A Delegação da Bolívia, por isso, considera que os resultados desta Conferência são resultados discretos, mas esperançosos, esperançosos na medida em que seja -como dizia há um momento- o começo de um novo caminho e não a repetição de um caminho já percorrido e perigoso.

Obrigado, Senhor Presidente.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Agradecemos ao Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Doutor Gustavo Fernández Saavedra por sua brilhante dissertação e concedemos a palavra ao Ministro de Indústrias, Turismo e Integração do Peru, Doutor Alvaro Becerra Sotelo.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE INDÚSTRIAS, TURISMO E INTEGRAÇÃO DO PERU (Alvaro Becerra Sotelo). Senhor Presidente: quero fazer chegar, em nome de meu país, em primeiro lugar, uma felicitação pela eleição dos membros desta Mesa e também ressaltar a acolhida que recebemos neste país, berço da democracia na América, e, ao qual queremos fazer chegar a toda sua cidadania por meio de seus Representantes e Delegados nosso cumprimento e nosso respeito.

O Peru neste momento -faz apenas uns dias- teve uma mudança de Gabinete, um Gabinete que fundamentalmente aponta à reativação do aparato produtivo de nosso país que, muito similar ao de nossos irmãos latino-americanos, tem hoje em dia uma grave recessão e é assim que pensamos que é primeiro necessário combater a recessão e depois a inflação.

Este Gabinete que preside o Senador Sandro Mariátegui afirma fundamentalmente sua vocação integracionista, a mesma que o Presidente Belaúnde Terry, em reiteradas oportunidades, não fez mais que afirmar.

Exemplo palpável disso é o impulso que damos à integração vial através da Rodovia Marginal, e a integração fluvial, através de unir as bacias do Orinoco, do Prata e do Amazonas.

//

Mas vale a pena acrescentar que nosso país já teve exemplos desta vocação integracionista como, por exemplo, os projetos conjuntos com a Bolívia de Bitrochaje, os projetos com o Brasil e a Bolívia para reforçar nossos Departamentos de Madre de Dios, Pando e Acre, nosso projeto com o Equador em regiões fronteiriças, tudo isso que não faz mais que apontar a esse afã decidido de encontrar um caminho que consolide a integração de nossos países.

Dentro destes caminhos, somos conscientes da crise que hoje afeta todas estas comunidades latinas; crise ocasionada muitas vezes pelo grave endividamento que arrastamos e que hoje devemos de enfrentar geralmente um por um. Talvez esta seja uma oportunidade a mais para ressaltar que todos, em um afã comum de encontrar uma solução para este problema que tanto nos afeta, possamos nos reunir para dialogar sobre como enfrentar os organismos internacionais que de uma maneira ou outra nos impõem às vezes condições muito difíceis para a realidade social que hoje atravessamos.

É importante ressaltar que o comércio entre nossas nações é um imperativo que devemos afrontar em um prazo imediato. Por isso, talvez, mais uma vez, queremos trazer a consideração desta Mesa o assunto de uma moeda comum; uma moeda comum que não seja comum no termo que realmente interpretamos, senão um elemento de câmbio, um papel, um certificado que contribui a preencher os vazios produzidos em nossos intercâmbios comerciais.

Já entre os países andinos se manifestou a idéia desta moeda, chamada, entre nós, peso andino e que se está implementando. Mas seria muito animador que entre todos os países de nossa comunidade pudesse implementar-se como um certificado de câmbio.

O desprendimento de todos nossos países deve ser um imperativo para nossas negociações. Muitas vezes nos encerramos em uma espécie de castelo de cristal defendendo interesses muito justos e muito próprios. Mas apontamos para este desprendimento que assinalava, a este afã de dar-nos uns aos outros em uma preocupação por encontrar o caminho comum que nos fortaleça a todos, porque todos juntos poderemos sair da crise e não creio que ninguém sairá individualmente.

Há alguns dias li em uma revista um exemplo que é aplicável aqui. Quando se quer conceber uma criança, primeiro é necessário ter a decisão de fazê-lo; ensiná-lo a comer; a viver e crescer. Depois, vendo suas doenças e defeitos, corrigi-los. Ninguém concebe uma criança aperfeiçoando o contrato de matrimônio.

É por isso que creio que o mais necessário, para finalizar estas breves palavras, é ressaltar parte da mensagem do Senhor Presidente do Uruguai que mencionou esta manhã quando se referia concretamente a que nossas nações, quando não encontramos resposta fora devemos encontrá-la em nós mesmos e ela se chama integração.

Obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Agradecemos a excelente intervenção do Ministro de Indústrias, Turismo e Integração do Peru, Doutor Alvaro Becerra Sotelo.

//

## 2. Exposições gerais dos Senhores Observadores da Espanha e da CEPAL.

PRESIDENTE. Damos a palavra, em nome dos Observadores, ao Embaixador da Espanha, Doutor Félix Fernández-Shaw.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR EMBAIXADOR DA ESPANHA (Félix Fernández-Shaw). Exce-lentíssimo Senhor Presidente, Senhores Ministros e Secretários de Estado, Se-nhor Secretário-Geral da ALADI, Senhores Embaixadores: correspondeu-me a alta honra de ser porta-voz dos demais Observadores junto à ALADI nesta Segunda Reu-nião do Conselho de Ministros da ALADI e queremos fazer patente ao Senhor Pre-sidente nossa felicitação conjunta por ter sido eleito para dirigir esta Reu-nião, que chega em momento difícil e complicado para os interesses deste Con-tinente.

Desejaríamos, antes de mais nada, de acordo com a reunião que mantivemos antes de fazer uso da palavra, agradecer à ALADI a oportunidade que concede aos Observadores em uma reunião desta importância, ao ceder-nos a voz para po-der expressar aquilo que podemos pensar, se é que em alguma coisa podemos aju-dar para o êxito da Reunião. Logicamente, o fato de sermos Observadores não quer dizer que sejamos neutrais ante tudo o que aqui foi dito, tão interessan-te, nos discursos dos Senhores Ministros. E não podemos ser neutros porque, por um motivo ou outro, os países Observadores que estamos acreditados junto à ALADI temos uma sensibilidade muito especial para todos os temas e todos os problemas apresentados neste hemisfério. Por isso o acompanhamos muito de per-to e vimos como no decorrer do ano 1984 assistimos a reuniões de caráter tras-cendental. E quando emprego estes adjetivos não quero ser ditirâmico mas pe-lo contrário centralizar devidamente aquilo que se fez no decorrer deste ano.

Se em Quito realizou-se a reunião do Conselho Econômico Latino-Americano, a posterior reunião em Punta del Este do BID e a recente da CEPAL, em Lima, de-sembocam nesta Reunião da ALADI.

Os Observadores que estamos acreditados junto ao Governo uruguaio tive-mos a oportunidade de, com um intervalo de apenas um mês, sermos testemunhas dos esforços latino-americanos, tanto em Punta del Este como agora em Monte-vidéu.

Sem dúvida -e foi dito por vozes muito mais autorizadas do que a minha-a integração neste momento para a América Latina não é somente uma aspiração; trata-se de um desafio e, com essa visão, devemos deixar de lado aqueles aspec-tos obsoletos de estruturas periclitantes para voltar-se para iniciativas vá-lidas para o momento que nos coube viver. O importante é centralizar o tema. E, nesse sentido, a Declaração de Quito e seu Plano de Ação foram suficiente-mente claros em momentos em que no mundo está se procedendo a um reajuste de uma crise. Sem dúvida, perante a próxima reunião dos países industrializados do mês de junho, o fato de que a América Latina possa ter algum de seus pa-péis devidamente coordenados suporá um esforço, no momento da valorização, de como se deve enfrentar tantos problemas deste Continente.

Não desejaria deixar de falar neste instante, embora a título pessoal, so-bre o interesse que a Espanha tem por tudo o que está sendo debatido neste he-misfério.

Há menos de um ano, Sua Majestade, o Rei, falou aqui quando veio em sua visita oficial ao Uruguai, e teve a ocasião de deixar claramente especificado o que o Continente americano significa para a Espanha. Posteriormente, o pró-

prio Presidente do Governo demonstrou seu interesse prático, pragmático, com a experiência dos anos transcorridos, por tudo o que tem e tudo o que pode acontecer neste Continente. E para nós, ibero-americanos e ibero-europeus, é muito importante que nos momentos de crise possamos ver aqueles caminhos ou possamos ver aqueles aspectos nos quais podemos caminhar juntos e deixar de lado aqueles temas que possam separar-nos.

Não desejaria tomar mais tempo nesta importante Reunião mas sim desejaria Senhor Presidente antes de finalizar deixar constância do agradecimento dos representantes dos países Observadores por ter-nos dado a oportunidade de falar nesta ocasião; ocasião que, sem dúvida, será muito importante para o futuro da integração latino-americana.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Agradecemos as excelentes manifestações do Embaixador da Espanha, Félix Fernández-Shaw, quem as pronunciou em nome dos Observadores.

Da mesma forma, mas no que diz respeito aos organismos aqui presentes, cedemos a palavra ao Doutor Guillermo Maldonado, da CEPAL.

REPRESENTANTE DA CEPAL (Guillermo Maldonado). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhores Chanceleres; Senhores Ministros; Senhor Secretário-Geral da ALADI e Senhores Delegados: é singularmente agradável para a CEPAL fazer uso da palavra nesta primeira reunião de trabalho do Conselho de Ministros da ALADI em nome dos organismos aqui representados, fato que nos honra e agradecemos.

Em nome deles quero apresentar aos Senhores Chanceleres e Ministros a mais cordial saudação e expressar-lhes nossa certeza de que as decisões que aqui forem adotadas irão ao encontro das justas aspirações dos povos que representam devolvendo-lhes a confiança em que o processo de integração latino-americana é meio adequado e legítimo para responder juntamente aos embates dissolventes da crise internacional.

Estou certo de que todos os organismos, possuindo a liderança política dos Governos, nos uniremos em torno da ALADI e dos organismos internacionais de integração intensificando a cooperação recíproca tal como o fizemos já no PNUD para apoiar as tarefas da Secretaria da ALADI que se derivarem das decisões que os Senhores adotarem nesta oportunidade, que é de uma singular transcendência pois é a culminação de um ciclo de reuniões e consultas regionais e corresponde-lhe transpor essa barreira entre a declaração e a ação.

Formulamos os melhores votos pelo completo êxito desta Reunião do Conselho de Ministros e ao Senhor Presidente, felicitamo-lo por sua designação e pela condução dos debates deste conclave.

Com sua vênia, Senhor Presidente, desejaria também aproveitar a oportunidade que Vossa Excelência teve a gentileza de ceder-nos a palavra, para transmitir a Vossa Excelência, aos Senhores Chanceleres e aos Senhores Ministros uma mensagem pessoal do Secretário-Executivo da CEPAL, Senhor Enrique Iglesias. Essa mensagem diz, Senhor Presidente:

//

"A aguda crise que afeta as economias latino-americanas e as severas dificuldades com que tropeçam tanto as exportações para países desenvolvidos como a obtenção de correntes líquidas de capitais do exterior, tornaram mais intensos os problemas com que tropeçam os processos latino-americanos de integração. Outrossim, não esteve alheio a estes problemas o enfraquecimento da industrialização percebido em muitos de nossos países. Ao mesmo tempo, a própria crise e as limitações que impõe o desenvolvimento latino-americano tornam mais importante do que nunca a cooperação e a integração regionais, como meios para introduzir elementos dinâmicos que permitam superar este difícil período.

Temos ampla confiança na capacidade dos países latino-americanos para chegar a sua reativação e estabelecer as bases de um desenvolvimento contínuo que esteja orientado para a satisfação das necessidades básicas da população. Nossa ampla disponibilidade de recursos naturais, de recursos humanos e os grandes avanços logrados no passado no processo de industrialização são ativos muito importantes para ajudar a região neste objetivo. Além da necessária contribuição da comunidade internacional em cumprimento da responsabilidade que lhe corresponde, a mobilização e uso eficiente dos recursos internos, bem como a cooperação regional, permitirão assegurar o êxito.

Retomada a vocação industrialista dos países latino-americanos, a integração oferece grandes oportunidades para aumentar a eficiência no âmbito do mercado ampliado. Mas além disso a curto prazo esta integração também permite incrementar o uso da capacidade ociosa que hoje existe praticamente em todos os países da região.

A ALADI, por ser o processo de integração que reúne o maior número de países-membros e que ao mesmo tempo compreende um amplo espectro de países grandes, médios e pequenos, tem um papel de especial significação como instrumento propulsor de iniciativas no processo destinado a superar a atual crise econômica. A colocação em vigor da preferência tarifária regional, o congelamento e gradual eliminação das restrições não-tarifárias ao comércio intra-regional, o aperfeiçoamento do sistema de compensação de pagamentos e créditos recíprocos, a desviação de comércio para a zona, particularmente no que diz respeito às compras estatais e, em geral, todas as medidas que ajudem a fortalecer o comércio entre os países-membros da ALADI, não somente contribuirão para criar melhores condições para que estes países retomem o caminho do desenvolvimento econômico e social senão que, além disso, estabelecerão as bases para o indispensável processo de convergência entre todos os esquemas de integração da América Latina e do Caribe.

A adoção na ALADI de medidas como as mencionadas, além de ressaltar a vocação coletiva e multilateral na busca de soluções para os problemas mais prementes, dará maior força e coesão às legítimas reivindicações que a região exige nos foros e negociações internacionais com respeito às nações industrializadas.

Esta Segunda Reunião do Conselho de Ministros da ALADI constitui um passo decisivo na colocação em andamento do Tratado de Montevideu 1980 e na implementação da resposta latino-americana à profunda e complexa crise que afeta os alicerces da estrutura econômica, social e política dos países da região. A Conferência Econômica Latino-Americana de Quito, deu a nível dos Chefes de Estado e de seus representantes, o impulso político necessário. As instâncias técnicas e políticas do Conselho Latino-Americano do SELA, da reunião especial sobre financiamento externo da OEA e do recentemente concluído Vigésimo Período de Sessões da CEPAL, contribuíram para perfilar as ações que devem ser adotadas para colocar em andamento estas decisões.

A CEPAL, em seu caráter de organismo regional latino-americano intimamente associada à idéia de integração está plenamente disposta a colaborar com os Governos e com os processos de integração na procura de soluções para os problemas atuais. Ao fazê-lo cumprem os mandatos que lhe foram conferidos pelos Governos, mas ao mesmo tempo satisfaz uma profunda vocação e convicção sobre a idéia da integração regional. É neste contexto que subscreveu acordos de cooperação com a Secretaria da ALADI e com a Junta do Acordo de Cartagena, através dos quais canalizará seus esforços.

Tenho também o maior prazer em cumprimentar o novo Secretário-Geral da ALADI, Juan José Real, a quem me une uma longa amizade e com quem compartilhamos idéias e esforços em relação com a cooperação e com o desenvolvimento latino-americano. Comprometemos nossa decidida colaboração para ajudá-lo nas altas funções que assume. Estou certo de que sua capacidade e sua dedicação lhe permitirão realizar uma contribuição muito importante para permitir a ALADI desempenhar um papel protagônico que lhe corresponde no processo de integração latino-americano."

Muito obrigado, Senhor Presidente.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Agradecemos as excelentes palavras do Doutor Guillermo Maldonado, da CEPAL, formuladas em nome dos Organismos aqui representados.

Levando em consideração o esgotamento da lista de oradores intervenientes, supõe-se que fica pendente a determinação da hora em que deverá continuar a reunião no dia de amanhã.

Feita uma avaliação primária do estado em que se encontram os trabalhos pareceria aconselhável que eles se reiniciassem amanhã às 10h e 30m. Esta Mesa sugere a concretização de uma reunião prévia às 10 horas entre os Chefes de Delegação, para fazer e concretizar uma avaliação definitiva sobre a forma em que se desenvolveram os trabalhos.

Se não houverem sugestões em contrário ou oposição, considerar-se-ia aprovada essa agenda de trabalho para o dia de amanhã. APROVADA.

Não havendo outros assuntos a tratar, encerra-se a sessão até o dia de amanhã às 10h 30m.